

SANTA CATARINA

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA









ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO SISAN EM SC











QUAIS SÃO AS DIFICULDADES, OS

POTENCIALIDADES PARA
SEU MUNICÍPIO ADERIR AO

DESAFIOS E AS

SISAN?











O que é Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006

"Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Disponibilidade

Acesso

Utilização

Estabilidade











Afinal, o que é o SISAN?

BREVE CENÁRIO

*Modelo
produtivista
Agrícola
*Monocultura
*Perda da
biodiversidade
*Agrotóxicos
*Exploração de
recursos
naturais.



*Emissões de gases do efeito estufa no transporte.
*Pouco incentivo em alternativas sustentáveis para o transporte.



*Falta de acesso à alimentação adequada.
*InSAN PCTs e grupos populacionais específicos.





Crescimento
da
fabricação e
consumo de
alimentos
ultraprocessados

PROCESSAMENTO

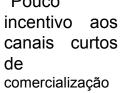




*Desperdício e perdas de alimentos.

DISTRIBUIÇÃO

ABASTECIMENTO

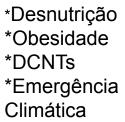




ACESSO E CONSUMO



SAÚDE PÚBLICA E AMBIENTAL











AÇÕES, PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Regularização e legalização fundiária de propriedades rurais

Fomento rural às atividades produtivas da agricultura familiar

Ações de fomento à produção agroecológica e orgânica

Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana

CULTIVO

Inclusão produtiva rural de PCTs

Serviços de ATER

PAA

Hortas Comunitárias

Programas de fomento ao processamento de alimentos em agroindústrias familiares

PROCESSAMENTO

Ações de

controle e

regulação

alimentos

dos

Programa de incentivo em alternativas sustentáveis para 0 transporte

Centrais de **Abastecimento** e Produção

> Bancos de **Alimentos**

Feiras Livres

DISTRIBUIÇÃO

ABASTECIMENTO

TRANSPORTE

Política de Infraestrutura

Políticas crédito de incentivos fiscais

Transferência de Renda

Programas, benefícios e serviços socioassistenciais

Cozinhas comunitárias e solidárias

> **ACESSO** CONSUMO

Restaurantes **Populares**

Alimentação **Escolar**

Ação de Distribuição de Alimentos

Ações de prevenção e tratamento de sobrepeso e obesidade

Vigilância Alimentar e **Nutricional**

Promoção ao Aleitamento Materno

> SAUDE **PÚBLICA E** AMBIENTAL

Ações de EAN

Acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF

Acões Socioambientais

Política de Resíduos Sólidos

Quem faz parte do SISAN?

Como fazer



Plano Municipal de **SAN - PLAMSAN**



Diagnóstico de SAN Ser quadrienal/ vigência PPA Prioridades, metas e orçamento Mecanismos de monitoramento e avaliação



Conselho Municipal de SAN -COMSEA



Órgãos e entidades de SAN

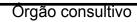
Instituições privadas de SAN



Diretrizes e

prioridades Plano

Avaliação do SISAN



Propor, monitorar e avaliar

Controle Social



Elaborar e

coordenar a

execução do Plano

Monitorar e avaliar



União, Estados, DF e

Executam programas e ações de SAN

Municípios



Com ou sem fins lucrativos

Manifestação interesse na Adesão

Critérios/ princípios/ diretrizes do SISAN



Quem diz o que fazer



Quem propõe



Quem faz



Intersetorialidade Relação Federativa



Aguardando Regulamentação





AÇÕES, PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS Regularização é Centrais de Ações de prevenção Transferência legalização fundiária de Abastecimento e tratamento de Programas de propriedades rurais de Renda e Produção sobrepeso e formento ao obesidade Fomento rural às Programa de processamento Bancos de atividades produtivas incentivo Programas. de alimentos em Alimentos da agricultura familiar beneficios e agroindústrias alternativas e Nutricional servicos familiares sustentáveis Acces de fomento a Feiras Livres socioassistenciais Promocão produção para Aleitamento Matemo agroecológica e transporte Cozinhas • orgánica comunitárias e solidárias Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana SAUDE DISTRIBUIÇÃO **PÚBLICA E** PROCESSAMENTO BASTECIMENTO AMBIENTAL **ACESSO** CULTIVO TRANSPORTE CONSUMO Ações de EAN Acompanhamento Ações Politicas condicionalidades de Restaurantes controle de saúde do PBF Inclusão produtiva crédito e de Populares regulação rural de PCTs incentivos Alimentação dos Política de Socioambientais fiscais Servicos de ATER alimentos Infraestrutura Ação de Politica de PAA Distribuição de Residuos Sólidos Alimentos Hortas Comunitárias

Secretaria de Agricultura/ Secretaria de Meio Ambiente/ Secretaria de Pesca/ Secretaria de Infraestrutura/ Secretaria de Transporte e Mobilidade/ Secretaria de Desenvolvimento ou Assistência Social/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Educação/ Secretaria de Cultura/ Secretaria de Saúde/ Secretaria de Direitos Humanos



1 VANTAGENS DA ADESÃO AO





1 PAA

A adesão ao PAA na modalidade compra com doação simultânea, promovendo o incentivo à agricultura familiar. Adesão a outros programas de SAN como Brasil sem Fome, Alimenta Cidades e Política de Abastecimento.



3

FORÇA POLÍTICA

Ampliação da força política da agenda de SAN, através da corresponsabilização dos setores governamentais envolvidos com a pauta da SAN, superando ações assistencialistas



5

PONTOS EM EDITAIS

Pontuação adicional em editais de chamada pública para descentralização de recursos federais de ministérios.



7 PLAI

PLANEJAMENTO EM SAN

Possibilidade de, através do diagnóstico de SAN, definir ações, programas, metas e orçamento público para a pauta, bem como o monitoramento e avaliação de indicadores.





Garantir o acesso à alimentação adequada, permitindo o manejo da fome, sobrepeso e obesidade, DCNTs, mudanças climáticas e resiliência dos sistemas alimentares.



POLÍTICAS DE SAN

Eficiência dos recursos destinados à operacionalização de políticas e programas voltados ao alcance da SAN, a partir da articulação entre os diferentes entes federativos e setores do governo



4 APOIO TÉCNICO

Apoio técnico Federal e Estadual para qualificação da gestão do SISAN e dos Planos de SAN



6

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Organização e participação da sociedade civil na construção de políticas e ações pertinenetes à SAN



8

AÇÕES DE EDUCAÇÃO

Qualificação dos atores envolvidos através de ações de educação permanente, formação e capacitação da força de trabalho



10

ECONOMIA NA SAÚDE

Otimização dos recursos da saúde, pela promoção da alimentação adequada e saudável e aumento da qualidade de vida da população





Breve contexto sobre as Adesões dos Municípios ao SISAN em Santa Catarina	
2006	Publicação da Lei n° 11.346/ 2006, que cria o SISAN em âmbito nacional com vistas a assegurar o DHAA
2010	Publicação do Decreto n° 7.272/ 2010, que regulamenta a Lei n° 11.346/ 2006, institui a PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN
2011	Publicação da Resolução CAISAN Nacional n° 09/2011, que dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para adesão ao SISAN
2011	Publicação da Adesão do estado de Santa Catarina ao SISAN
2013	Início das Adesões dos Municípios Catarinenses ao SISAN
2024	Publicação da Resolução CAISAN Nº 7, de 26/07/2024, que altera a Resolução n° 09/2011











Quais são os requisitos mínimos para o município aderir ao SISAN?

- I a instituição de conselho municipal de segurança alimentar e nutricional, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais;
- Il a instituição de câmara intersetorial de segurança alimentar e nutricional; e
- III o compromisso de elaboração do **plano municipal de segurança alimentar e nutricional**, no prazo de um ano.









RESOLUÇÃO Nº 07/2024

- Art. 4º Para iniciar o processo de adesão ao SISAN, **os Municípios deverão encaminhar à** Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do respectivo Estado **(CAISAN Estadual)** e/ou anexar na plataforma AdeSAN, os seguintes documentos obrigatórios:
- I Ato normativo que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, respeitando-se os critérios de composição previstos no Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010;
- II Ato normativo que institui a Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III Termo de Compromisso de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, assinado pelo representante legal do Município; e IV Termo de adesão assinado pelo/a representante legal do Município.

Parágrafo Único. Para atender o disposto nos incisos I e II, deverá ser apresentado preferencialmente a Lei Municipal como ato normativo e/ou Decreto Municipal de forma provisória e/ou complementar.

Fluxo de Adesão Resolução n° 07/2024

RESUMÃO: FLUXO DE ADESÃO AO SISAN





Checklist

- 1. Solicitação de Adesão Municipal
- 2. Termo de Compromisso de Elaboração do PLAMSAN
- 3. Termo de Adesão assinado pelo(a) Prefeito(a)
- 4. Ato Normativo que institui o CONSEA Municipal
- 5. Ato Normativo que institui a CAISAN Municipal
- 6. Contatos de Referência do Município









RESOLUÇÃO Nº 07/2024

Art. 9°-B Para fins de **permanência no SISAN**, o Município deverá encaminhar à CAISAN Estadual e/ou anexar na plataforma AdeSAN, no **prazo máximo de 12 meses**, a contar da formalização da adesão ao SISAN, os seguintes documentos obrigatórios:

- I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional vigente;
- II Ata da última reunião da Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III Ata da última reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; e
- IV Documentos que comprovem os ajustes das inconsistências sanáveis, caso existam.











O Município aderiu ao SISAN, e agora?

As instâncias estaduais e nacionais do SISAN irão acompanhar a implementação do Sistema nos Municípios:

- 1. Implementação do CONSEA Municipal (fórum eletivo da sociedade civil, indicação dos representantes governamentais, nomeação dos Conselheiros, designação do(a) Secretário(a) Executivo(a), elaboração e aprovação do Regimento Interno, eleição do Presidente e dos demais membros da diretoria, participação em formações na área de SAN e SISAN, elaboração e aprovação do plano de ação);
- 2. Implementação da CAISAN Municipal (nomeação dos membros, designação do(a) Secretário(a) Executivo(a), elaboração e aprovação do Regimento Interno, participação em formações na área de SAN e SISAN, elaboração e aprovação do plano de ação);
- 3. Realização da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional; e
- 4. Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.











CONTATOS

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA – SAS www.sas.sc.gov.br

SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN/SC

E-mail: caisan@sas.sc.gov.br

WhatsApp: (48) 36640704

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSEA/SC

E-mail: consea@sas.sc.gov.br

WhatsApp: (48) 36640720







